



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Prefácio

Marcos Vinicius Francisco

Como citar: FRANCISCO, M. V. Prefácio. *In:* SANTOS, J. D. G.; LIMA FILHO, D. L.; NOVAES, H. T. **Educação profissional no Brasil do século XXI:** políticas, críticas e perspectivas. Vol. 1 Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 7-12.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-092-1.p7-12>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PREFÁCIO

O livro **Educação profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas**, organizado pelos pesquisadores Deribaldo dos Santos, Domingos Lima Filho e Henrique Tahan Novaes, nasceu da parceria firmada entre o Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia (GPOD) da FFC/ UNESP, campus de Marília, com o Grupo Trabalho, Educação, Estética e Sociedade (GPTRESS) da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, da Universidade Estadual do Ceará (FECLESC – UECE).

O material traz excelentes contribuições para o campo das políticas educacionais em intersecção com a educação profissional, além de explicitar consistentes análises sobre a expansão das redes estaduais e federal de educação profissional. Nesta esteira, o material está organizado em duas partes, sendo a primeira composta por quatro capítulos, e a segunda por outros cinco textos.

Os/As autores/as dos capítulos são de diferentes universidades brasileiras, a exemplo da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal do Piauí

(UFPI), Faculdade do Baixo Paraíba, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Instituto Federal de São Paulo (IFSP), ou seja, agrega pesquisadores/as de quatro regiões do país, aspecto que merece enaltecimento.

No capítulo 1, intitulado, “Profissionalização e escola capitalista: formação para a adaptação”, Deribaldo Santos (UECE) e Gorete Amorim (UFAL) explicitam o modelo de formação ofertada pelo Estado, quando se pensa na educação destinada aos/às trabalhadores/as e seus/suas filhos/as. Ou seja, uma educação pautada nos interesses e demandas do capital. Citam como exemplo, “a concepção de educação integrada, que impregna a mais recente reforma do Ensino Médio, ou seja, a integração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) à educação profissional” (p. 8). Assim, dialeticamente, desenvolveram o capítulo em três momentos. Partem dos complexos sociais educação, especialização e reprodução humana; adentram a temática da precarização profissionalizante no atual modelo de organização social, demarcando contraposição por meio da concepção marxiana de omnilateralidade, ao situar a formação humana como princípio educativo e o princípio educativo da formação humana. Finalizam, reforçando o antagonismo entre formação para a adaptação e formação humana.

O segundo capítulo, produzido por Nilo Silva Pereira Netto (UTFPR) e Domingos Leite Lima Filho (UTFPR), “Trabalho, educação e tecnologia: apropriações conceituais sobre a tecnologia no campo trabalho e educação brasileiro”, decorrente de uma pesquisa de doutorado, em andamento, traz contribuições teóricas acerca das diferentes apropriações e usos do conceito de tecnologia no contexto nacional, com destaque para as interlocuções com a educação.

Por meio do terceiro capítulo, “Formação humana integral: logros e percalços do Pacto Nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio”, Domingos Leite Lima Filho (UTFPR) aponta os desafios para o ensino médio no contexto brasileiro, em articulação com o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNFEM). Posteriormente, procede pela síntese de constituição do PNFEM e suas repercussões nas escolas do estado do Paraná, ao proceder pela caracterização das instituições educacionais e dos/as profissionais entrevistados/as, bem como suas percepções acerca deste processo.

No quarto capítulo “A formação profissional do trabalhador cortador de cana no contexto da mecanização: perspectivas de qualificação para o trabalhador alagoano”, Jane Marinho da Silva (UFAL) analisou “as condições de trabalho dos cortadores de cana no contexto da mecanização, expondo o processo de exploração da força de trabalho no setor canavieiro” (p. 89). Além disso, traçou o perfil escolar dos/as trabalhadores/as deste setor e o quanto são obliteradas as possibilidades de melhoria da qualidade de vida via mecanização e qualificação, sobretudo diante do aumento da superexploração das condições de trabalho.

Na segunda parte do livro, por meio do quinto capítulo, “Expansão precarizada do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) nos anos 2000”, Henrique Tahan Novaes (UNESP) e Bruno Michel da Costa Mercurio (UNESP) revelam que esse processo de expansão se deu em articulação “com Institutos, ONGs e Fundações, em geral como braços do capital ou das associações do capital, verdadeira sociedade “civil” no Brasil, na articulação, concepção e avaliação das políticas educacionais” (p. 129). Em oposição a essa lógica, intensificada nas últimas décadas, os autores defendem a necessidade de se “transformar a educação em educação para além do capital, com fundos públicos e controle dos seus fins pela classe trabalhadora”; que a educação tenha ligação com a realidade experienciada pelos/as alunos/as, a fim de que possam compreendê-la para, posteriormente, transformá-la; “a vivência de relações sociais democráticas na escola (gestão coletiva, democrática, etc.)” e a superação dos processos de ensino e aprendizagem baseados num modelo que corrobora a materialização do “professor disciplinar, individualizado, alienado e explorado pelo Estado” (p. 131).

Cíntia Magno Brazorotto (IFSP), no capítulo “Estudantes do ensino médio integrado do Instituto Federal de São Paulo: entre a política e o efetivo atendimento”, decorrente de tese doutoral, identificou e analisou as características socioeconômicas dos estudantes do ensino médio integrado ao técnico profissionalizante (EMI) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Concluiu que se faz urgente aprimorar as políticas de expansão do ensino médio integrado, com vistas a se atingir a educação pública de qualidade para um maior quantitativo de jovens das camadas populares.

O sétimo texto do livro, “Síntese da educação profissional no estado do Ceará (2008-2018): um balanço das escolas estaduais de educação profissional (EEEPS)”, elaborado por José Deribaldo Gomes dos Santos (UECE), Ellen Cristine dos Santos Ribeiro (UECE) e Webster Guerreiro Belmino (Prof. Educ. Profissional Ceará), faz a denúncia de que as EEEPs corroboram a ordem estabelecida. No âmbito da aparência contemplam as famílias trabalhadoras, conforme o discurso governamental, por serem responsáveis pela formação de seus/suas filhos/as via educação integral; todavia, na essência, atendem aos interesses do mercado de trabalho capitalista, ao preparar mão de obra barata, dócil e alinhada às necessidades da classe empresarial.

No penúltimo capítulo, “A educação profissional no Piauí frente aos limites absolutos do capital”, Maria Escolástica de Moura Santos (UFPI) e Jullyane Frazão Santana (Fac. do Baixo Paraíba) resgatam aspectos concernentes à crise estrutural do capital, os quais vieram à tona na década de 1970, agravados ano após ano. As pesquisadoras identificaram que, no Piauí, a expansão da educação técnica profissional também segue as tendências do restante do país, ou seja, consolidou-se o discurso falacioso da inserção do jovem no mercado de trabalho e que diante do cenário de crise o empreendedorismo é visto como (pseudo)possibilidade de superação da atual condição social e econômica vivenciada.

No último texto do livro, porém não menos importante, “A formação integrada e sua construção no Instituto Federal de Goiás (IFG): resistir, socializar e ampliar”, Lorena Silva Oliveira Costa (IFG), Mad’Ana Desirée Ribeiro de Castro (IFG) e Sebastião Cláudio Barbosa (IFG) discutiram elementos presentes na “disputa de projetos educativos no âmbito da Educação Profissional em Goiás na atualidade” (p. 203), além de apresentarem possibilidades emancipatórias e ético políticas de formação integrada omnilateral”.

Ou seja, o livro é um convite para se compreender elementos do capitalismo brasileiro, de matriz dependente e com baixa expressão na nova divisão internacional do trabalho. Há um processo de intensificação das políticas neoliberais e conservadoras, quando se pensa na educação pública, conhece-las é um caminho pra se pensar em estratégias contra-hegemônicas a fim de se combater a mercantilização da educação e seu desmonte, com foco para a educação profissional, objeto deste belo livro.

Além disso, considero oportuno registrar a consistência epistemológica e ontológica presente na obra. Parabéns aos/as envolvidos/as!

Ivaiporã-PR, fevereiro de 2021

Marcos Vinicius Francisco

Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional do Vale do Ivaí (UEM/CRV

Docente do Departamento de Ciências do Movimento Humano e do Programa de

Pós-Graduação em Educação.

